

ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS

GELISE CRISTINE PONCE MARTINS*

O presente trabalho é parte integrante de nossa dissertação de mestrado, “As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1934-1975)”, que analisa o cotidiano dos primeiros agricultores do norte, noroeste e oeste do Paraná. Migrantes anônimos oriundos do interior paulista, que chegaram entre as décadas de 1930 e 1950, atraídos pelas terras férteis que as companhias colonizadoras propagandeavam e pelo sonho do enriquecimento rápido prometido pela expansão cafeeira. Neste texto, temos por objetivo demonstrar os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa.

As fontes utilizadas em nossa dissertação são documentos de cunho biográfico. A relevância deste tipo de documentação é deveras justificada perante as modificações ocorridas na historiografia. A ênfase sobre os processos de longa duração e o estudo preferencial de fontes seriais, defendidos pela Escola dos Annales não davam espaço ao papel do indivíduo na história. Considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias não contribuiriam para o conhecimento do passado, por serem subjetivos não podendo, portanto, ser representativos de uma época ou de um grupo (ALBERTI, 2005).

A partir da década de 1980, entretanto, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais (FERREIRA, 2011). O relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social. (ALBERTI, 2005). Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso e os debates em torno da memória foram incorporados à história (FERREIRA, 2011).

A partir desta valorização da memória, os historiadores passaram a rever os objetos da pesquisa histórica, priorizando os estudos do cotidiano e dando ênfase especial às biografias dos personagens comuns e aos testemunhos orais. Essa focalização na historiografia dos indivíduos foi incentivada pela noção de que o passado pode ser interpretado por sua lógica

* Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, professora da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

interna e de que o sujeito histórico observado na sua subjetividade é o melhor caminho para se alcançar este fim (FERREIRA, 2011).

A pesquisa embasa-se na autobiografia de Braz Ponce Martins. Segue-se uma breve biografia do autor e as condições em que foram redigidas suas memórias. Braz nasceu em 21 de abril de 1929, na cidade de Promissão, no Estado de São Paulo. Sua autobiografia começou a ser redigida no ano 2000, na máquina de datilografar. O resultado foi um livro de 128 páginas, intitulado “Memorial de um Século de Cafeicultores”, publicado em 2003, por uma pequena gráfica do município de Cianorte, no noroeste do Paraná. Foram distribuídos duzentos exemplares para familiares e amigos, na sua festa de aniversário de 74 anos. Braz faleceu em 9 de junho de 2004, acometido por um câncer generalizado.

Como a trajetória de vida deve ser organizada cronológica e coerentemente (SANTOS, 2005), dividimos a narrativa de Braz Ponce Martins em quatro momentos distintos. Entretanto, deixamos claro que esta não foi não a intenção do autor, mas o meio encontrado para facilitar a confrontação dos dados históricos extraídos do relato, com a bibliografia levantada sobre os temas que este incita.

Em um primeiro momento, temos a história das origens. Através dos documentos que possui sobre seu pai e das histórias que sua mãe lhe contava, Braz reconstrói o passado da família, relacionando-o a fatos históricos. Braz descreve as regiões em que seus pais, imigrantes espanhóis, viveram. Devido às aquisições de lotes de terra, a mobilidade geográfica da família era constante. De Ribeirão Preto mudou-se para Penápolis, Promissão e posteriormente, para o norte do Paraná (PONCE MARTINS, 2003).

Em seguida, nos relatos das aventuras infantis, as lembranças de Braz mesclam-se com as recordações de sua família. Pois, desde que a criança se interessa pela significação das imagens e dos quadros que percebe, ela pensa em comum com os outros. O contato com os adultos faz com que adquira muitos meios de encontrar e precisar muitas lembranças (HALBWACHS, 2004). Nesta parte da narrativa transparecem os modos de vida dos colonos no interior de São Paulo e do norte do Paraná. Braz descreve as brincadeiras, os cachorros, o caminhão que sempre realizava as mudanças, as festas juninas, os casamentos, a primeira escola e as dificuldades enfrentadas durante a Segunda Guerra Mundial.

Em terceiro lugar, verificamos os relatos da juventude, que se inserem no contexto das

migrações no campo e entre campo e cidade, nas décadas de 1940 e 1960, quando os deslocamentos populacionais são constantes no norte do Paraná; período em que se observa a expansão das zonas de fronteira e o crescimento das cidades da região (ALMEIDA, 1981). A família de Braz mudou-se da zona rural de Rolândia para a cidade de Londrina em 1945. O destaque desta parte da narrativa são os empregos urbanos de Braz, mas também nos informa aspectos interessantes da cidade na década de 1950, como o lazer e as eleições.

Por fim, temos a fase adulta que se estende até o presente do autor, quando redige as memórias, já com mais de 70 anos. Neste ponto, observamos a construção de sua identidade como pioneiro, participante do processo de colonização do norte do Paraná. Braz e sua família transitaram por Rolândia, Londrina, São Tomé e Cianorte, seguindo o rastro dos loteamentos efetuados pela CTNP/CMNP.² Também encontramos referências a outras cidades que surgiam neste contexto, como Maringá, Umuarama e até mesmo algumas do oeste, como Jesuítas, onde Braz comprou uma propriedade.

São preciosas as descrições de como adquire as terras, o local das propriedades, sua extensão, forma de pagamento, desbravamento das matas, incluindo detalhes sobre o tipo de vegetação da região e estabelecimento na propriedade pela família. Como são construídas as casas, o modo como é iniciada a plantação do café, como é feita a contratação de mão de obra (que passa por empreiteiros, colonos, parceiros, “porcenteiros” até chegar em “boias-frias”), além de fazer referências aos nascentes centros urbanos.

Como a herança historiográfica nacional constituiu-se em função de problemas que implicam o desprezo pelo estudo de particularidades regionais e o repúdio à consideração do papel dos indivíduos na produção dos processos históricos (DIAS; ROLLO GONÇALVES, 2009), não existem muitas pesquisas sobre personagens pouco conhecidos, o que torna este tipo de resgate e enfoque memorialístico uma necessidade e uma experiência inovadora (CUNHA, 2009). Neste sentido, “Memorial de um Século de Cafeicultores” constitui-se numa fonte privilegiada para a compreensão do cotidiano de pequenos agricultores, inseridos no processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte do Paraná.³

² Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A Companhia de Terras Norte do Paraná foi fundada em 1924, por um grupo inglês que, impressionado pela fertilidade das terras roxas, obteve concessões do Estado entre os Rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Vendida a um consórcio brasileiro em 1947, tornou-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ALBUQUERQUE, 1995).

³ A trajetória da família Ponce ilustra a já tão discutida afirmativa de que a maioria dos habitantes do norte

A pesquisa não ficaria completa, caso se pautasse apenas na autobiografia. Além da bibliografia sobre a temática, consultamos os arquivos pessoais de Braz Ponce Martins (escrituras de propriedades, cartas, fotografias e esculturas em madeiras feitas pelo próprio autor) e entrevistamos alguns familiares, baseando-nos na metodologia da história oral. Contudo, devido às limitações deste texto, ater-nos-emos à análise das memórias.

A crítica da autobiografia foi feita com base nos parâmetros da Nova História Cultural, com ênfase na questão da narrativa e da identidade. Realizamos uma breve discussão sobre o conceito de memória e suas relações com a história. E recorreremos a um debate historiográfico sobre as vantagens e desvantagens de trabalhar com uma fonte literária, uma memória de si.

Uma vez que se trata de um campo de pesquisa bastante amplo e controverso, esboçamos, resumidamente, apenas os aspectos desta concepção que se encaixam em nossa problemática de pesquisa. Isto é, a cultura de pessoas comuns como tema da historiografia. A partir de 1980, a Nova História Cultural passou a recuperar a importância das experiências vividas, remetendo aos usos de novas fontes e metodologias históricas (SANTOS, 2005). Esta abordagem se inspirou na antropologia, que ofereceu um modelo teórico alternativo: ampliação do estudo de caso onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e econômico e para os indivíduos, rostos na multidão (BURKE, 2008).

Como trabalhamos com narrativas de memória, é preciso focar esta questão no âmbito da História Cultural. Criticada pelas primeiras gerações dos Annales, por estar associada à História Metódica, linear e puramente factual, a história-narrativa foi substituída pela história-problema (FALCON, 1997). A narrativa retornou juntamente com a preocupação com as pessoas comuns e as maneiras pelas quais elas dão sentido às suas experiências, suas vidas, seus mundos. Ou seja, o atual interesse pela narrativa é, em parte, um interesse pelas práticas narrativas características de uma cultura em particular, as histórias que as pessoas “contam a si mesmas sobre si mesmas”. Tais narrativas culturais, como foram chamadas, oferecem pistas importantes sobre o mundo em que foram contadas (BURKE, 2008).

A atividade dos indivíduos que se ocupam da memória-mensagem assemelha-se à do narrador que Benjamin analisa. A arte da narrativa pressupõe a marca da experiência vivida. O bom narrador é aquele capaz de intercambiar experiências. O caráter normativo da

paranaense é proveniente do interior paulista, que em vista da diminuição das zonas de fronteira, do esgotamento do solo e das políticas de restrição ao cultivo do café, migra para esta região em busca de terras férteis.

memória-mensagem tem seu correspondente, no texto de Benjamin, nas qualidades de ensinamento moral e de sugestão prática da narrativa. Para ele, o narrador é o homem que sabe dar conselhos (apud BARROS, 1989). Nestes termos, podemos considerar Braz Ponce Martins um bom narrador, visto que narra suas experiências com o objetivo de transmitir ensinamentos entre as gerações, principalmente no que tange à importância do trabalho:

Economicamente, tomei gosto pelo café quando ainda era criança, mais ou menos com seis anos. No sítio do Barreiro, na cidade de Promissão – São Paulo, papai havia abandonado um taião de cafezal improdutivo [...] mas mesmo assim, alguns pés de café ainda produziam. Papai, desejando aproveitar aquele produto, pediu-me que colhesse aqueles grãos em cereja, pagando-me 400 réis por litro catado. Eu por minha vez, com muito trabalho, consegui colher apenas um litro e papai me pagou com uma moeda tão grande que não cabia na minha mão. [...] Foi um grande incentivo de nosso pai. Aquele litro de café representou muita coisa pra mim, ou seja: “Ganharás o teu pão com o suor de teu rosto” (PONCE MARTINS, 2003, p. 3).

Uma característica importante da Nova História Cultural é o interesse cada vez maior em documentos pessoais ou, “documentos-ego”, que são textos escritos em primeira pessoa, sob a forma de cartas, narrativas de viagens, diários ou autobiografias, tendo em vista a construção da identidade. Esta preocupação é uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos (BURKE, 2008). Porém, esse interesse pelas memórias históricas também pode ser conduzido pelas exigências de comunidades, para as quais a presença do passado no presente é essencial para a construção de seu ser coletivo (CHARTIER, 2009).

Segundo Ferreira (2009), os historiadores que trabalham com uma fonte literária devem interrogar o papel que esta cumpre nas condições sociais e culturais de uma época e a que público se destina. Neste sentido, apropriamo-nos dos argumentos apresentados por Burke (2008) e Chartier (2009) que justificam o atual interesse pelas memórias, por considerarmos pertinentes para explicar os motivos que levaram Braz a se autobiografar.

Por um lado, trata-se de uma operação de reafirmação da identidade de uma pequena comunidade de agricultores, cujo decorrer do tempo fez com que o destino de seus membros se separasse. A autobiografia tem a função de reacender o sentimento de pertencimento ao grupo, o orgulho das raízes. E demonstrar que o café continuava a ser o elo identitário entre os familiares, embora estes estivessem se espalhado por regiões distintas (interior de São Paulo, Mato Grosso e norte do Paraná). Por outro lado, a autobiografia visa transmitir o passado da

família aos seus novos integrantes. Apesar do distanciamento espaço-temporal, a memória compartilhada ajuda a integrar os mais jovens ao grupo, evitando a perda da identidade.

Em síntese, a autobiografia é escrita para a família do autor, com o intuito de preservar a história desta e torná-la conhecida pelas novas gerações. Objetivo extremamente válido uma vez que, por um lado, a transmissão cultural, através das gerações, é fundamental para a continuação da história familiar e social (FORTUNA, 2000) e, por outro, a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode ir além de sua própria morte (THOMPSON, 1992).

O recurso da autobiografia torna-se de grande relevância para a construção da memória individual e coletiva e, em consequência, da identidade familiar e social. Pois, de acordo com Rousso (2001), a memória constitui um elemento de identidade, de percepção de si e dos outros. Assim, o conceito de identidade não pode passar ao largo de nossa pesquisa. Primeiramente, esclarecemos que este conceito, é deveras problemático para ser esgotado neste texto. Procuramos elucidá-lo de modo breve e relacioná-lo à autobiografia de Braz e ao contexto em que sua trajetória se insere, ou seja, a história do norte do Paraná.

Castells (2003) define a identidade como um processo de construção do significado com base num atributo cultural, que prevalece sob outras formas de significado. Pode haver identidades múltiplas para um dado indivíduo. O sentimento de identidade, para Pollak (1992), é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Braz Ponce Martins constrói sua identidade nos termos de imigrante, cafeeicultor e pioneiro. Sua família integra o processo de abertura das novas frentes pioneiras, em Rolândia e Londrina, nos anos 30 e 40, e ele próprio, na região de Cianorte e Jesuítas, na década de 1950. Ao realizar a leitura da obra, percebemos que Braz enaltece sua história e a de seus familiares, ao representar a si e a estes como heróis que travaram uma luta árdua contra o desconhecido, desbravando terras inóspitas. “[...] pioneiro da Cariaçu [...] pioneiro de Jesuítas. A cruz de ser desbravador é muito pesada” (PONCE MARTINS, 2003, p. 81).

A postura de Braz confirma que o desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, de

constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória (RIBEIRO, 2009). Como, de acordo com Halbwachs (2004), a memória é uma construção social e fenômeno coletivo, e, portanto, a identidade se constrói na interação entre o eu e a sociedade; não podemos deixar de comparar a autorrepresentação de Braz com o imaginário da colonização do norte do Paraná.

O papel atribuído aos pioneiros na abertura das cidades do norte do Paraná é muito valorizado pela História Regional: “o pioneiro foi o responsável pela consolidação do norte do Paraná enquanto região cafeeira” (ARIAS NETO, 1998, p. 140). Professoras de Cianorte organizaram um livro que o próprio título deixa transparecer o intento: “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”. A figura do pioneiro é enaltecida logo no primeiro parágrafo do livro. “A história de uma cidade não é senão a biografia dos homens que a construíram. Na medida em que se estabelece a linha de vida de um pioneiro e vai-se contando as obras construídas por ele, delineia-se o perfil da cidade que sua história pessoal ajudou a construir” (CIOFFI; PRAXEDES; VARELLA; MESQUITA, 1995, p.1).

O grupo pioneiro no norte do Paraná partilha de um mesmo conjunto de representações e de uma memória comum, que se caracteriza por uma atribuição de valores de heroísmo à ação colonizadora com base na livre iniciativa, capitaneada pela CTNP. O grupo termina por se identificar a esta ação colonizadora, assumindo para si tanto os valores como a visão liberal da história que a CTNP difunde em várias publicações ao longo dos anos. Diferente do aventureiro, o pioneiro cria raízes, estabelecendo-se de forma permanente, promovendo a instituição de condições sócio-espaciais que facilitam a estabilização da memória do grupo (ADUM, 1992).

Segundo Tomazi (1989), a historiografia oficial enaltece os capitalistas ingleses, fazendeiros, diretores e funcionários da Companhia de Terras e lhes atribui a causa da pujança regional. Em contrapartida, para Almeida (1995), os “verdadeiros desbravadores” não têm nome, nem memória. São raros os estudos dedicados aos “pioneiros autênticos”, pequenos agricultores que chegaram à região, atraídos pela promessa de lucro fácil e rápido, mas que tiveram suas trajetórias marcadas por grandes dificuldades socioeconômicas. Neste sentido, os migrantes anônimos que derrubaram as matas, adquiriram pequenos lotes de terras parcelados

e que também participaram da cafeicultura teriam sido esquecidos pela História Regional.⁴

Por outro lado, não podemos censurar por completo a historiografia tradicional. Na tentativa de recuperar a trajetória de pessoas comuns, nos deparamos com um grave problema. Se o documento é a base para o julgamento histórico (KARNAL; TATSCH, 2009), como estudar a história de vida daqueles que não deixaram uma escrita de si, um diário íntimo, uma correspondência ou uma autobiografia (CORBIN, 2005)? Como conhecer o cotidiano dos primeiros habitantes do norte do Paraná, se os colonos, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, eram pessoas de origem humilde e, na maioria das vezes, iletradas? Ao deixar uma memória de si, Braz Ponce Martins, migrante anônimo, pequeno proprietário de terras e cafeicultor, contribui para o enriquecimento da História Regional.

Portanto, é relevante ouvir as testemunhas dos processos, pois a história mostra cada vez com mais frequência não a vida dos heróis e das figuras públicas e sim a do homem comum (BORGES, 2004). A história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e cabe ao historiador torná-la inteligível a seus contemporâneos (ROUSSO, 2001). Mas a crescente revalorização da memória, tanto na esfera individual como nas práticas sociais e no interior da historiografia, o “boom” atual da história oral, das biografias e autobiografias, convivem com um movimento inverso que aponta um descaso ou fragilidade teórica, pois se fala muito sobre memória histórica, mas pouco se reflete sobre ela (SEIXAS, 2004).

Deste modo, é importante refletir sobre as relações entre história e memória, ainda que resumidamente. Segundo Chartier (2009), o conhecimento histórico é só uma das modalidades da relação das sociedades com o passado. A memória confere uma presença ao passado talvez mais poderosa. A memória está relacionada ao reconhecimento do passado, enquanto testemunho, em oposição à representação do passado pela história, baseada nos documentos. Para certificar a representação histórica do passado, o discurso histórico se apoia no testemunho da memória, que assegura a existência de um passado que foi e não é mais.

Entretanto, para Rousso (2001), a questão ritual das diferenças entre história e memória parece ultrapassada. Em primeiro lugar, porque opor de um lado a reconstrução

⁴ Esta oposição entre “grandes pioneiros” e “pequenos pioneiros”, evidencia de um confronto ideológico, uma disputa entre a história dos vencedores e a dos vencidos. Enquanto a historiografia tradicional destaca a ação dos que venceram, a fim de reforçar a ideia de que a região só trouxe prosperidade aos que nela investiram; alguns estudos mais recentes, geralmente influenciados pelo materialismo histórico-dialético, demonstram as consequências acarretadas pelo progresso, como o desmatamento e a exploração do trabalho.

historiográfica do passado, com seus métodos e pretensa cientificidade, e de outro, as reconstruções múltiplas feitas pelos indivíduos ou grupos, faz tão pouco sentido quanto opor o mito à realidade. O historiador tem a tarefa de estabelecer verdades históricas, com base em fontes de informação tão diversas quanto possível; é ilusão achar que é possível explicar “o que realmente aconteceu”. Em segundo, um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência, quer seja interrogado por um historiador, não falará senão do presente. Com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, mas tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que visa recuperar com sinceridade e veracidade.

Mas em que medida a experiência individual pode ser representativa? Até que ponto uma história de vida fornece informações sobre a história da sociedade? Vários autores consideram que as biografias de indivíduos comuns concentram todas as características do grupo e ilustram formas típicas de comportamento (ALBERTI, 2005). Isto se deve ao fato da memória individual não estar isolada, fechada. Para evocar seu próprio passado, um homem tem a necessidade de apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade. A memória autobiográfica se apoia na memória coletiva, pois toda a história de vida faz parte de uma história geral (HALBWACHS, 2004).

As lembranças dos outros reforçam e completam a do indivíduo, na medida em que se relacionam com os eventos que constituem seu passado, visto que cada um é membro de vários grupos ao mesmo tempo, maiores e menores (HALBWACHS, 2004). Deste modo, os elementos constitutivos da memória são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo, os “vividos por tabela”, ou seja, pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. A identificação com este passado é tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.201).

A memória pessoal transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu. Neste sentido, um texto de memória autobiográfica é a forma singular mais acabada de uma memória coletiva (MALUF, 1995). Logo, não existe lembrança decorrente da imaginação pura e simples, ou de uma representação histórica exterior (HALBWACHS, 2004).

Embora os críticos da memória coloquem-na como não confiável como fonte histórica,

alegando ser distorcida pela deterioração física e nostalgia da velhice (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2001), em seu estudo sobre memórias de velhos, Bosi (1994) demonstrou que é possível apreender uma história social bem desenvolvida nas lembranças de idosos. Quando deixam de serem membros ativos na sociedade, os idosos assumem a função própria de lembrar. E sua memória pessoal passa a ser uma memória social, familiar e grupal.

Com base nesta argumentação, podemos afirmar que as memórias de Braz Ponce Martins não são exclusivamente dele, mas remetem à comunidade a qual pertenceu. Suas lembranças são também as da sua família e amigos, revelando-nos a história de todo o grupo. E o fato de ter sido escrita por um idoso não desqualifica a autobiografia. Ao contrário, esta é um documento histórico porque fornece informações sobre os modos de vida dos primeiros habitantes do norte do Paraná, ainda que esta não fosse a intenção do autor.

Em suma, a memória é um importante objeto de pesquisa histórica devido à sua função de manter vivos os acontecimentos passados. Todavia, é suscetível aos esquecimentos, às manipulações e é carregada de subjetividade, uma vez que o tempo e as experiências podem modificar as lembranças dos indivíduos. Logo, as informações advindas da memória não são representações realistas do passado, mas construções individuais conforme a importância atribuída aos fatos narrados (PRIORI, 2010).

A memória introduz o passado no presente modificando-o, atualizando-o. Constrói o real, muito mais do que resgata ou descreve-o como “realmente aconteceu” (SEIXAS, 2004). Assim, o historiador precisa identificar os princípios de seleção e observar como variam de lugar para lugar, de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis e é necessário compreender como são concretizadas e por quem, assim como os limites desta maleabilidade (BURKE, 2000).

Bourdieu (2001) alerta que, ao expor suas memórias, o indivíduo seleciona certos acontecimentos significativos em detrimento de outros e estabelece entre eles conexões adequadas a fim de dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real. Trata-se de um esforço de representação, de produção de si mesmo. É um discurso formulado com um determinado objetivo, num momento posterior e afastado da dinâmica dos acontecimentos. Com isso, as experiências de vida são submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos,

produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos.

O conceito de “ilusão biográfica”, proposto por Bourdieu (2001), segundo o qual o indivíduo incorpora um sentido à sua trajetória, como se tudo já levasse a um fim predeterminado, é constatado na narrativa de Braz Ponce Martins. Ao eleger o café como eixo central da narrativa, Braz direciona sua trajetória, desde a história de seus pais, ao fim único e específico de se tornar proprietário de terras e cultivar a rubiácea. Para conceder este “sentido” à sua vida, vários aspectos são excluídos da autobiografia.⁵

Uma vez pontuada a relevância da memória e seu caráter seletivo, questionamos quais são os limites impostos pela utilização da memória individual como fonte de pesquisa no âmbito da história. Como se dá o processo de rememoração? Como estas reminiscências são representadas? Autobiografia é ficção ou documento? O que leva alguém a se autobiografar? Por que julga relevante seu próprio testemunho sobre o momento social que viveu?

Halbwachs observa que a rememoração ocorre juntamente com sua revisão. Porque não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, mas de acordo com as forças sociais que estão agindo sobre nós. Deste modo, a memória depende do poder social do grupo que a detém (apud FERREIRA, 2011). Bourdieu percebe que a unidade do “eu” é, na verdade, uma formidável abstração. A ilusão biográfica compreende a ideia de uma identidade coerente; de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos, onde se representa a vida como estrada, caminho, carreira, corrida, etc. Além disso, a ordem cronológica com que organizam biografias imprime uma lógica retrospectiva e prospectiva, preocupada em dar sentido à existência (apud ALBERTI, 2005).

Segundo Calligaris (1998), diários íntimos e autobiografias respondem a uma necessidade de confissão, justificação ou de invenção de um novo sentido. O indivíduo concebe sua vida não como uma confirmação de regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura a ser inventada. Para Aguiar (1997), a autobiografia é reconstrução do passado

⁵ Não obstante a cana-de-açúcar ocupasse a maior parte de sua propriedade, no momento em que escreve suas memórias, este produto é mencionado em apenas um parágrafo no final do livro. É possível observar esta seleção intencional empreendida pelo autor através de outro exemplo significativo: a pouca menção que ele faz à sua esposa. Detalhes da vida íntima do casal são completamente inexistentes. Braz cita a data do casamento e apenas comenta a rotina do trabalho no sítio e os cuidados dispensados aos filhos. O que não significa que ela não fosse importante para o autor. Ao contrário! Por intermédio da esposa, Mariana Gonçalves Martins, tivemos acesso à correspondência escrita em 1959, quando namoravam à distância, ele em Londrina e ela em Cambé. Na leitura das cartas, percebe-se o quanto Braz a amava, a saudade e os planos para passar o resto de sua vida ao seu lado.

a partir da perspectiva de alguém que considera sua história digna de registro e nunca olha para o ontem de modo descompromissado. Quem redige situa-se no presente e refere-se ao passado evocando, avaliando e analisando o que viveu. A propósito, como nos lembra Otávio Ianni, ninguém escreve suas memórias para falar mal de si mesmo (apud CUNHA, 2009).

A autobiografia se enquadra na categoria de história de vida, cuja única intermediação está no registro escrito (QUEIROZ, 1991). Portanto, é uma fonte literária. E, de acordo com Velloso (1988), não se pode considerar a produção literária enquanto instância portadora ou refletora do mundo social. Esta concepção, de matriz positivista, é simplista porque considera que a única função da obra literária seria registrar os fatos. Ao passo que esta resulta de convicções, códigos e costumes. Se porventura exprime a sociedade, também a modifica e a nega. Se a literatura emerge de uma realidade, isto não implica que deva ser sua fotografia.

Considerando o fator veracidade, poderíamos afirmar que “literatura não é documento; história é documento” (VELLOSO, 1988, p. 258). Mas, afinal, o que é documento? Segundo Karnal e Tatsch (2009), o documento é a base do julgamento histórico. Consiste em qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita. O documento histórico é um texto a meio caminho entre o arbítrio de um historiador e de uma sociedade e o seu próprio conteúdo. Não é tão “autônomo” como sonhavam os positivistas, nem tão “submisso” como defende parte do pós-estruturalismo.

Conforme Ferreira (2009), hoje a fonte literária é valorizada por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas dos homens e mulheres no tempo. A literatura integra o repertório das fontes históricas graças à Nova História que passou a entender o documento em todas as suas formas, não como expressão de verdade e transparência e sim como um monumento.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro [...] determinada imagem de si própria (LE GOFF, 1992, p. 548).

Conclui-se que a oposição objetividade x subjetividade resulta enganosa e não se pode

incompatibilizar o discurso histórico e o discurso literário. A obra literária não se indispõe totalmente com a realidade e pode fornecer um retrato de uma época (VELLOSO, 1988). E a obra histórica também guarda certa dose de subjetividade. Como lembra Paul Veyne (1982), do mesmo modo que o romance, a história seleciona, simplifica e organiza o tempo. O historiador se aproxima da ficção ao fazer com que um século caiba numa página. Em síntese, toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva (THOMPSON, 1992).

Em outras palavras, tanto a memória quanto a história revelam-se cada vez mais problemáticas; nem uma, nem outra parecem ser mais objetivas. Nos dois casos, o historiador deve levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção condicionadas por grupos sociais. Lembrar o passado e escrever sobre ele não parecem mais atividades tão inocentes quanto outrora se julgava que fossem (BURKE, 2000).

A classificação tradicional das autobiografias como verdadeiras ou mentirosas foi gradualmente sendo substituída por uma abordagem mais sutil que leva em conta as convenções ou regras de autoapresentação em uma dada cultura, a percepção do “eu” em termos de certos papéis (o nobre honrado, a esposa virtuosa ou o artista inspirado), e a percepção das vidas em termos de certos enredos (a ascensão da miséria à riqueza, por exemplo, ou o arrependimento do pecador convertido) (BURKE, 2008).

É interessante notar que a autobiografia em questão encaixa-se na classificação proposta por Burke (2008). Braz se apresenta como o pioneiro desbravador e constrói o enredo de sua história de vida em termos da “ascensão da miséria à riqueza”. O autor procura demonstrar como a família de origem humilde, fugida da miséria na Espanha, consegue ascender socialmente no Brasil, ao adquirir terras. Sua trajetória é permeada pela ideia do enriquecimento alcançado mediante um grande esforço individual. Ao mencionar suas propriedades, Braz enfatiza que tudo partiu de apenas sete alqueires herdados de seu pai.

Mas como analisar uma autobiografia? No campo da história da memória, a função da testemunha não tem por que ser diferente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral, cabendo ter com ela as mesmas precauções (ROUSSO, 2001). Os historiadores devem estudar a memória como uma fonte histórica, elaborar uma crítica da confiabilidade da reminiscência, no teor da crítica tradicional dos documentos históricos. Pois, quando lemos narrativas de memórias, não lemos a própria memória, mas suas transformações através da

escrita (BURKE, 2000). Assim, cabe à história, em razão de sua função crítica, remediar e corrigir as fragilidades e os abusos da memória (RICOEUR apud SILVA, 2002).

A leitura de uma história de vida não é uma tarefa simples, necessita, em primeiro lugar, da delimitação de um problema de pesquisa (SANTOS, 2005). Em segundo, é imprescindível reconstruir o contexto em que age o indivíduo (LEVI, 2001). Pois, até a mais subjetiva das fontes, tais como uma história de vida individual, podem sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes (POLLAK, 1992). Em síntese, ao trabalhar com recordações do passado, o historiador deve ter certos cuidados metodológicos: problematizar, contextualizar e comparar seu objeto. A partir desta análise crítica, é possível construir o conhecimento histórico (PRIORI, 2010).

Nossa problemática de pesquisa centrou-se na compreensão do cotidiano dos imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista e dos primeiros agricultores do norte, noroeste e oeste do Paraná, a partir da análise da autobiografia de Braz Ponce Martins. Como as memórias foram escritas no presente do autor, que recorreu às suas lembranças de mais 70 anos, constatamos que a autobiografia é uma seleção de suas experiências de vida, que foram submetidas a uma lógica discursiva, que vinculou os acontecimentos e produziu uma unidade coerente onde só existiam fragmentos. Assim, Braz concedeu um sentido a sua trajetória, como se tudo que houvesse se passado com ele, levasse a um único fim: ser cafeicultor.

A autobiografia é um esforço de representação de si mesmo, onde Braz se descreve como o pioneiro que com muito trabalho e privações conseguiu adquirir seu pedaço de chão e prosperar. Sua autorrepresentação condiz com o imaginário da colonização do norte do Paraná, caracterizado pelas imagens da “Terra da Promissão”, “Eldorado Cafeeiro”, “terra onde se anda sobre dinheiro” e pela ode ao pioneirismo.

Concluimos que a narração de uma história de vida pode conter descrições bastante fidedignas das ações rotineiras, sendo interessantes, na medida em que levam à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo, justamente devido à sua subjetividade. Com relação ao contexto histórico, “Memorial de um século de cafeicultores” é uma fonte relevante para a compreensão da expansão da cafeicultura no século XX, responsável pela ocupação capitalista das terras do oeste paulista e do norte do Paraná.

Bibliografia

- ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960**. Assis, Dissertação de mestrado, UNESP, 1991.
- AGUIAR, Joaquim Alves de. **Espaços da Memória: um estudo sobre Pedro Navas**. São Paulo: Edusp, 1997.
- ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. O norte novo do Paraná. In: **Grandes regiões e grandes pioneiros**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1995.
- ALBERTI, Verena. Os historiadores e a fonte. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **Participação social dos operários de origem rural em uma área urbana: Londrina**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. A Morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1995.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: EDUEL, 1998.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 29-42, 1989.
- BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/1.
- CASTELLS, Manuel de. A construção da identidade. In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Entre a memória e a história. In: PRIORI, Ângelo (org.) **História Memória e Patrimônio**. Maringá: EDUEM, 2009.
- CIOFFI, Helena; PRAXEDES, Irene; VARELLA, Izaura; MESQUITA, Wilma. **Cianorte. Sua história contada pelos pioneiros**. Cianorte: Gráfica Ideal, 1995.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.25, n.49, p.11-31, 2005.
- DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique. História local e horizonte biográfico: Jorge Ferreira Duque Estrada em Maringá. In: PRIORI, Angelo. (Org.) **História, memória e patrimônio**. Maringá: EDUEM, 2009.
- FALCON, Francisco. História e Poder. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FORTUNA, Sonia Castelo Branco. **Terapias Expressivas, Demência de Alzheimer e Qualidade de Vida**. Campinas: Editora Alínea, 2000.
- FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- PONCE MARTINS, Braz. **Memorial de um Século de Cafeicultores**. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2003.
- PONCE MARTINS, Gelise Cristine. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. Maringá, Dissertação de mestrado, UEM, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5,

n.10, p.200-212, 1992.

PRIORI, Angelo. Memória individual, memória coletiva. In: **Introdução aos estudos históricos**. Maringá: EDUEM, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura. Pereira de. Introdução. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.35-42, 1998.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão).

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p.425-438, 2002.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.239-263, 1988.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UnB, 1982.